

Famílias pedem novo protocolo da saúde em Brumadinho

Por Léo Rodrigues - Agência Brasil

Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) defenderam neste sábado (25) a necessidade de criação de um protocolo de saúde para acompanhar a situação das populações afetadas pelo rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho. A reivindicação ocorre após um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) detectar elevação na presença de metais em amostras de urina de crianças de 0 a 6 anos que vivem na região afetada.

“Precisamos de um protocolo específico para enfrentar esse cenário. Estamos muito preocupados porque cada vez o nível de contaminação aumenta no sangue das pessoas, nos animais, em todas as plantas. Tudo isso traz problemas sérios de saúde. O estudo da Fiocruz comprova o que temos falado. Esse aumento do índice de contaminação, especialmente nas crianças, é um absurdo. Exigimos um protocolo específico e que a Vale arque com essa situação”, disse Joceli Andrioli, integrante da coordenação do MAB.

Neste sábado (25), o rompimento da barragem completou exatos 6 anos. Para marcar a data, a Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (Avabrum) organizou um ato no centro da cidade, fechando



Rompimento de barragem em Brumadinho, Minas Gerais, completou seis anos e vítimas ainda têm queixas

do uma semana de atividades em que cobraram por justiça. A manifestação contou com a presença do MAB.

“A contaminação das pessoas é um tema que nos preocupa muito. Essa lama tóxica tem se espalhado, criado consequências. A gente vê pessoas doentes em toda a bacia do Rio Paraopeba. O mesmo acontece na Bacia do Rio Doce, afetando

milhares de pessoas em diferentes municípios mineiros da bacia do Rio Paraopeba. Ao todo, foram perdidas 272 vidas, incluindo nessa conta dois bebês de mulheres que estavam grávidas.

Em Brumadinho, o colapso da estrutura liberou uma avalanche de rejeitos que gerou grandes impactos ambientais e socioeconômicos, afetando

amostras de sangue e urina coletadas em 2023, quatro anos após a tragédia. Foi encontrado pelo menos um de cinco metais - cádmio, arsênio, mercúrio, chumbo e manganês - na urina de todas as crianças de 0 a 6 anos que foram avaliadas.

Em comparação com análises realizadas em 2021, notou-se uma piora do cenário. No caso do arsênio, por exemplo, o per-

centual total de crianças com níveis acima do valor de referência passou de 42% para 57%.

“Os resultados encontrados demonstram uma exposição aos metais e não uma intoxicação, que só pode ser assim considerada após avaliação clínica e realização de outros exames para definir o diagnóstico. Dessa forma, recomenda-se uma avaliação médica para todos os participantes da pesquisa que apresentaram níveis acima dos limites biológicos recomendados, de forma que os resultados sejam analisados no contexto geral da sua saúde”, ponderam os pesquisadores da Fiocruz.

Em adultos, a situação também chama a atenção: o arsênio foi detectado em níveis elevados em cerca de 20% das amostras de urina. É metal que mais frequentemente aparece acima dos limites de referência. De outro lado, na população adolescente, o percentual de amostras detectadas com metais acima dos valores de referência diminuiu de 2021 para 2023.

O estudo analisou ainda outros fatores como os diagnósticos médicos. Chamou atenção um aumento na prevalência de algumas condições, como colesterol alto, que passou de 4,7%, em 2021, para 10,1%, em 2023. Situação similar se deu com um grupo de doenças que inclui enfisema, bronquite crônica ou doença pulmonar obstrutiva crônica, que saltou de 2,7% para 10,7%.

Estudo da Fiocruz detectou presença de metais em crianças de 0 a 6 anos que vivem na região afetada pela tragédia

Atingidos cobram transparência de programa gerido pela FGV

Exatos seis anos após o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG), a execução do Programa de Transferência de Renda (PTR) estabelecido pelo acordo de reparação e gerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) se tornou alvo de críticas do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A entidade aponta falta de transparência e vê como um equívoco o corte previsto para março deste ano, quando todos os beneficiários passarão a receber metade os valores que eram pagos até então. Além disso, cobra explicações envolvendo uma cláusula que destina à FGV uma fatia do rendimento dos recursos destinados ao programa.

O rompimento da barragem em 25 de janeiro de 2019 liberou uma avalanche de rejeitos que gerou grandes impactos nos municípios da bacia do Rio Paraopeba. Ao todo, foram perdidas 272 vidas, incluindo dois bebês de mulheres que estavam grávidas. Impactos ambientais e socioeconômicos afetaram milhares de pessoas em diferentes municípios mineiros da bacia do Rio Paraopeba. Atividades para marcar a data

Assim como ocorre todos os anos, diferentes entidades que representam os atingidos organizaram uma série de atividades para marcar a data.

“É um absurdo o corte no PTR porque a reparação está lon-

ge de estar concluída. A Vale não limpou o rio, não tirou os rejeitos. Ninguém pode pescar, não dá pra usar a água para irrigar, para consumo, enfim, pra fazer qualquer uso. Os atingidos não podem retomar a sua atividade econômica”, diz o integrante da coordenação do MAB Guilherme Camponez.

Segundo ele, sem suas fontes de sustento, as famílias dependem desses recursos para comprar o básico, como como água potável e medicamentos. O alongamento do programa foi uma das principais reivindicações levantadas pelo MAB em uma marcha realizada em Belo Horizonte na sexta-feira (24).

O PTR foi uma das medidas previstas no acordo global para reparação dos danos firmado entre a mineradora, o governo de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). Ao todo, foram destinados R\$ 37,68 bilhões para uma série de medidas pactuadas. O montante que cabe ao PTR foi fixado em R\$ 4,4 bilhões.

O acordo global estabeleceu o programa como substituto do auxílio emergencial que começou a ser pago pela mineradora logo após a tragédia. Na época, o benefício foi estabelecido com um valor variável a depender da faixa etária de cada atingido: um salário mínimo por adulto, a metade dessa quantia por adolescente e um quarto para cada criança.



Tragédia destruiu cidade mineira e deixou 272 mortos no ano de 2019

Inicialmente, faziam jus ao benefício todos os moradores de Brumadinho, sem distinção. Nos demais municípios atingidos, o auxílio foi concedido a pessoas que residiam a até 1 quilômetro (km) de distância da calha do Rio Paraopeba. Ainda no fim de 2019, ocorreu uma alteração: o critério para acesso ao benefício foi mantido, mas o valor foi reduzido pela metade para quem não residisse em comunidades diretamente afetadas pelos rejeitos.

Com a implantação do PTR, foram feitos alguns ajustes nos critérios. Os valores, no entanto, foram mantidos. O MPF e a DPMG estabeleceram as políticas, pelas quais se delimitou as comunidades que têm parte

do seu território dentro do critério de 1 km da margem do Rio Paraopeba. Isso significa que, se um povoado tivesse algum ponto situado a essa distância, todos os seus moradores deveriam ser enquadrados como beneficiários.

A aprovação gradativa de novas poligonais e também a identificação de comunidades tradicionais afetadas geraram uma inclusão de mais de 50 mil atingidos. Somando aqueles que já recebiam os repasses desde a implantação do auxílio emergencial pago inicialmente pela Vale, há atualmente 154.964 receptores de recursos do programa.

As bases para a criação do PTR foram estabelecidas com a assinatura do acordo global

em 2021, sendo a FGV escolhida como gestora por meio de um edital público lançado pelo MPMG, pelo MPF e pelo DPMG. A contratação de uma entidade independente foi uma solução apresentada pelas três instituições – que formam o colegiado responsável por fiscalizar o programa – no curso das negociações do acordo global. Elas levaram em conta as críticas dos atingidos, que se queixavam do poder que tinha a Vale para decidir quem teria direito ao benefício.

No entanto, Guilherme Camponez afirma que o contrato com a FGV costurado com as instituições de Justiça não foi precedido de nenhuma divulgação. Os atin-

gidos não teriam sido nem consultados nem informados dos seus termos. Na cláusula sexta, ficou definido que a FGV receberia R\$ 109,5 milhões para o custeio da execução do PTR. Além disso, os recursos destinados ao programa seriam depositados em um fundo. A FGV obteve o direito a 12% de todo o rendimento que superar a caderneta de poupança. A estimativa de economistas consultados pelo MAB é de que esse valor já chega a R\$ 40 milhões.

Procurada pela Agência Brasil, a FGV afirmou em nota que já repassou mais de R\$ 3,6 bilhões aos atingidos no âmbito do PTR, classificado como “o maior programa de transferência de renda privado da América Latina”. Segundo o texto, a aplicação dos recursos gerou rendimentos que permitiram dilatar o prazo do programa, que inicialmente se encerraria em outubro de 2025.

A FGV afirma ainda que realizou uma pesquisa no último ano em que foram avaliados os efeitos do PTR para a região. “Entre os indicadores que mostram o impacto socioambiental positivo estão a melhoria de 20% em saúde, 15% em infraestrutura (urbanização e saneamento) e 25% em assistência social na região após a tragédia, impulsionando o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades afetadas”, registra a nota.

Procurado pela Agência Brasil, o MPF afirmou em nota que todos os custos da contratação da FGV estão cobertos dentro dos R\$ 4,4 bilhões destinados ao PTR. O texto acrescenta ainda que o programa é atualmente submetido a uma auditoria interna. “A auditoria externa está em fase de contratação”, finaliza a nota.